

Renda melhora, mas educação não

Avanço salarial foi de 4,6% em 2005, o primeiro em 9 anos.

Mais jovens estão fora da escola

● Pela primeira vez em nove anos, a renda do trabalhador brasileiro cresceu em 2005. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad),

do IBGE, apesar da alta de 4,6% nos rendimentos, os ganhos médios do trabalho ainda estão 15,1% menores do que em 1996. A taxa de desemprego no país

subiu dos 8,9%, de 2004, para 9,3% no ano passado. O levantamento mostrou também que o Brasil esbarra em dificuldades para elevar a escolarização dos

jovens. Pelo segundo ano seguido, a parcela de adolescentes de 15 a 17 anos fora da escola cresceu e, em 2005, chegou a 18%. A pesquisa constatou também que, com a crise no campo, houve aumento de 10,3% no trabalho infantil entre 5 e 14 anos, algo que não acontecia desde 1992.

Páginas 27 a 33

NÚMEROS DA PESQUISA DO IBGE

O retrato de 2005



SALÁRIO EM ALTA - Pela primeira vez em 9 anos, o rendimento do trabalhador cresceu (para R\$ 801). A alta foi de 4,6% sobre 2004. Mas os ganhos médios do trabalho ainda estão 15,1% menores do que em 1996



DESEMPREGO SOBE - A taxa de desemprego subiu de 8,9% em 2004 para 9,3% no ano passado



DESIGUALDADE CAI, MAS POUCO - O Índice de Gini (indicador de desigualdade) do rendimento do trabalho recuou para 0,543 (quanto mais perto de zero, melhor), contra 0,547 em 2004



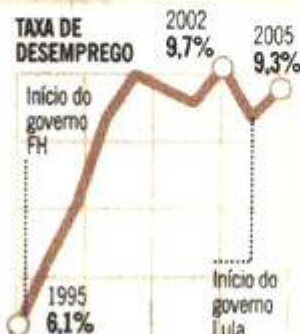
TRABALHO INFANTIL - Cresceu 10,3% o número de crianças de 5 a 14 anos trabalhando no país. Isso não acontecia desde 1992. Só de 5 a 9 anos, são cerca de 300 mil crianças trabalhadoras. Segundo o IBGE, a culpa é principalmente da crise no campo, que levou os meninos ao trabalho.



JOVENS - Subiu o número de jovens de 15 a 17 anos fora da escola. Hoje são 18%

Comparação entre governos

- A desigualdade recuou 3,8% no governo Lula e 3,2% nos oito anos de Fernando Henrique
- No governo FH, o número de domicílios com telefones fixos e celulares quase triplicou, passando de 22,4% para 61,7% em fins de 2002. Agora, são 72,4%. O acesso à luz elétrica, nos anos FH, praticamente foi universalizado e chegou a 96,7% do total de domicílios. Com FH e o Plano Real, também aumentou o número de domicílios com geladeira, de 74,9% para 86,7%



Salário e desemprego avançam

Trabalhador ganhou mais pela primeira vez em 9 anos, mas taxa de desocupação sobe

Cássia Almeida e Luciana Rodrigues

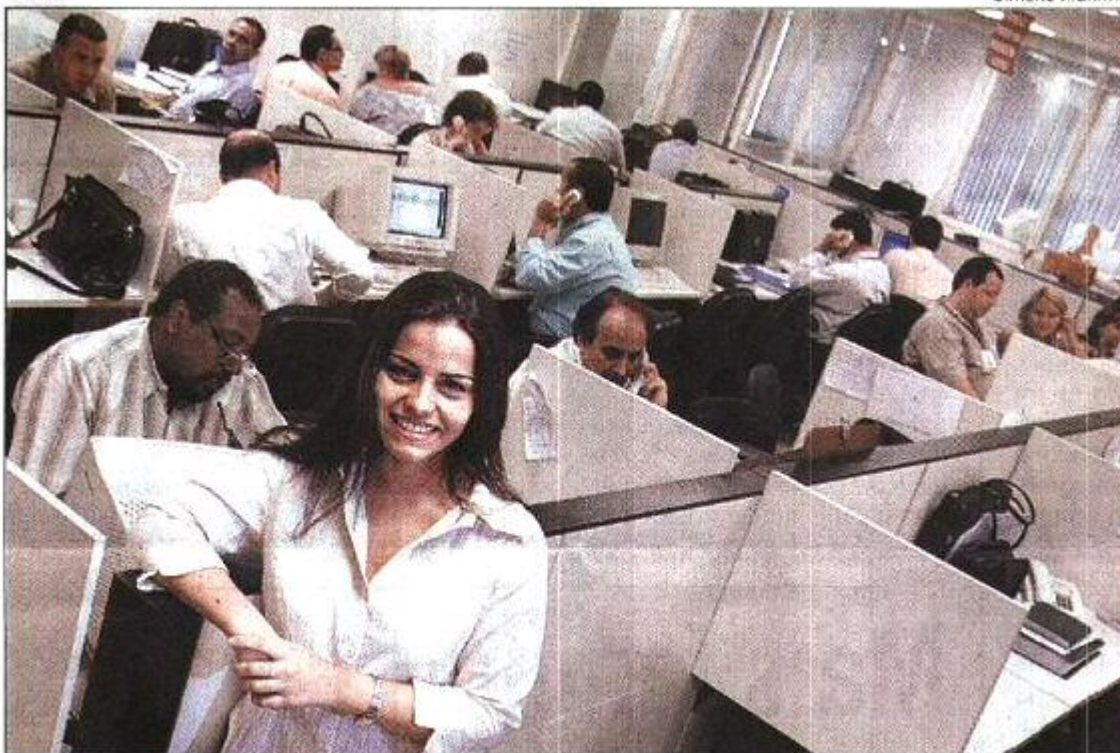
Mais emprego, renda e carteira assinada, num mercado de trabalho um pouco menos desigual, foi o retrato de 2005 revelado pelo maior levantamento anual sobre as condições de ocupação e dos lares brasileiros, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgado ontem pelo IBGE. Pela primeira vez em nove anos, o trabalhador viu seu rendimento real crescer para R\$ 801 (quando se exclui o Norte rural, que passou a fazer parte da pesquisa em 2004, o salário médio sobe para R\$ 805). Mas, apesar da alta de 4,6% nos rendimentos no ano passado, os ganhos médios do trabalho ainda estão 15,1% menores do que em 1996.

Os 2,5 milhões a mais de trabalhadores ocupados que a Pnad 2005 contabilizou, numa alta de 2,9% na ocupação, não foram suficientes para baixar a taxa de desemprego, que subiu de 8,9% em 2004 para 9,3%. E uma parcela importante dos novos ocupados veio pela inserção sem rendimento, os chamados trabalhadores para o próprio consumo, que já representam 20% do total, ou cerca de 500 mil pessoas. Nos três anos do governo Lula, mais 6,2 milhões de trabalhadores conseguiram uma ocupação.

— A Pnad 2005 mostrou que os indicadores econômicos e sociais evoluíram de forma favorável. A renda real cresceu, aumentou o grau de formalização, e o nível de ocupação das mulheres é o maior desde 1992. E a taxa de analfabetismo caiu, juntamente com uma pequena queda do Índice de Gini (que mede a desigualdade de renda) — disse o presidente do IBGE, Eduardo Nunes.

O emprego formal cresceu em todas as atividades — setor agrícola, indústria, construção, comércio e serviços. E os ganhos de renda foram disseminados pelas diferentes faixas salariais. Para os especialistas, a maior qualidade no mercado de trabalho foi a melhor notícia trazida pela Pnad 2005:

— Se tirarmos os trabalhadores para o próprio consumo e incluirmos militares, servidores públicos e empregadores, 80% das vagas criadas foram formais. É um conjunto de notícias que mostra a recuperação do mercado de trabalho, com a expansão da ocupação puxada pelo emprego formal, com alta de renda e ligeira queda da desigualdade — analisou



ÉRICA COSTA, que recebeu aumento de 30% no ano passado: "É um reconhecimento do meu trabalho"

CRESCE O EMPREGO FORMAL DE 2004 PARA 2005

(Aumento do número de ocupados)

Empregadores	Empregados com carteira	Empregados sem carteira	Militares e funcionários públicos	Domésticos com carteira	Domésticos sem carteira
5,9%	5,3%	0,1%	-1,4%	4,5%	2,3%

O QUE É PNAD?

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2005 entrevistou 408.148 mil pessoas em 142.471 domicílios em setembro do ano passado. Pesquisadores investigaram o acesso das famílias a serviços públicos, como água encanada, saneamento básico, energia elétrica e telefone, a posse de bens duráveis (geladeira, fogão, TV, computador, freezer, rádio). E fizeram um retrato minucioso do mercado de trabalho, apurando a renda, a desigualdade, a criação de empregos e que tipo de ocupação a economia brasileira vem gerando. Nesse ano, especialmente, o IBGE buscou informações sobre uso da internet e do celular.

Lauro Ramos, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Segundo os analistas, o setor industrial passou por uma forte reestruturação na década de 90, quando a abertura comercial do país impôs cortes de vagas. Agora, mesmo diante de um crescimento econômico não tão vigoroso, a indústria, enxuta, voltou a contratar.

Para a alta do rendimento pesaram, na opinião

dos analistas, o reajuste real de 9,9% no salário mínimo, a queda da inflação e o aumento de 5,3% no emprego formal, que paga salários maiores. Este ano, pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) já foram abertas mais de um milhão de vagas com carteira assinada, indicando que a Pnad de 2006 deve mostrar novamente alta no emprego protegido:

— A inflação mais baixa deixa o ambiente

mais favorável para o trabalhador negociar ganhos reais — explicou Claudio Dedecca, professor da Unicamp.

Mas o estudioso se preocupou com o aumento da força de trabalho, que soma os empregados e desempregados, de 3,4%. Como essa taxa foi superior aos 2,3% do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto das riquezas geradas no país), há um indício de menor produtividade na economia, ou seja, mais trabalhadores para produzir menos:

— Isso poderá ter como consequência o aumento do desemprego, que já aconteceu em 2005, e da informalidade — alerta.

Rendimento feminino aumentou mais

No ano passado, a mulher continuou entrando com força no mercado de trabalho. Em cada cem mulheres com mais de dez anos de idade, 46 estão trabalhando, num nível de ocupação que, pelo segundo ano seguido, foi recorde. No rendimento, as mulheres avançaram ainda mais: enquanto o salário masculino cresceu 3,9%, o das mulheres subiu 6,3%:

— Não tem escapatória. O mercado de trabalho será dominado pelas mulheres. Elas são mais instruídas, mais disciplinadas e vivem mais. Portanto, é só uma questão de tempo — previu Lauro Ramos.

Érica Costa ajudou a engordar as estatísticas de ganho de renda das mulheres. Assistente de vendas sênior da imobiliária Basimóvel, Érica recebeu aumento de 30% no seu salário no ano passado. Ela entrou na empresa há quatro anos e, desde então, viu seu salário subir de R\$ 800 para R\$ 2.078.

— Fiquei muito contente com o último aumento. É um reconhecimento do meu trabalho.

Mas a economista Hildete Pereira de Melo lembra que, apesar de mais instruídas, as mulheres ainda ganham bem menos que os homens. Em média, o salário delas representava 71,2% do ganho deles no ano passado — em 1992, era 61,6%. Hildete avalia que, em 2005, o ganho de renda das mulheres foi maior porque elas se empregam em ocupações mais precárias, como serviço doméstico e trabalho por conta própria, que são mais influenciadas pelos aumentos do salário mínimo. ■

• GOVERNO LULA AVANÇOU NO EMPREGO, E FH, NA EDUCAÇÃO, na página 28

Governo Lula avançou no emprego e na redução da desigualdade de renda

Já nos anos FH houve universalização do ensino e maior acesso a bens

Editoria de Arte

Luciana Rodrigues

• A menos de um mês para o primeiro turno das eleições presidenciais, os números da Pnad mostram que, se nos anos do governo Lula houve uma melhoria significativa no mercado de trabalho e uma redução maior da desigualdade de renda, o período que abrange a gestão Fernando Henrique Cardoso foi marcado por avanços na educação e por um maior acesso das famílias brasileiras a bens duráveis, como geladeira, fogão e televisão.

Entre 1995 e 2002 (primeiro e segundo mandato de Fernando Henrique), a taxa de desemprego subiu de 6,1% para 9,2%. Com o Plano Real e a estabilização dos preços, a renda do trabalhador aumentou 30,8% entre 1993 e 1996 (não houve Pnad em 1994). Mas, desde então, os brasileiros amargaram cinco anos consecutivos de perda de renda, até 2003, início do governo Lula, quando a queda foi recorde: 7,6%.

Entre 95 e 2002, crianças fora da escola caíram a 3,1%

A partir de 2004, porém, houve uma virada no mercado de trabalho. Entre 2002 e 2005, cresceu o emprego formal (16,2%), aumentaram as vagas na indústria (12,6%) e o número de trabalhadores ocupados (8,14%). Depois da queda recorde de 2003, a renda ficou estável em 2004 e subiu 4,6% no ano passado.

Segundo especialistas, os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, tiveram papel fundamental na redução das diferenças de renda. Entre 2002 e 2005, o índice que



mede a desigualdade de renda nos domicílios recuou 3,8% — em três anos, uma queda superior à dos dois mandatos de Fernando Henrique (3,2%).

Mas, no governo Lula, os avanços na educação não foram a passos tão largos quanto na era Fernando Henrique. A segunda metade dos anos 90 consolidou a universalização do Ensino Fundamental. Entre 1995 e 2002, a parcela de crian-

ças de 7 a 14 anos fora da escola caiu de 9,8% a 3,1%. Segundo especialistas, o Fundef, criado para financiar o Ensino Fundamental e que entrou em operação em 1998, deu impulso à educação.

O governo Fernando Henrique também está à frente no acesso a serviços públicos, que, até o início dos anos 90, estavam ausentes em boa parte dos lares brasileiros. A privatização da

telefonía mudou o perfil das comunicações no país e o acesso ao serviço mais do que dobrou: em 1995, menos de um quarto dos lares tinham telefone; em 2002, já eram 61,7%.

O governo Fernando Henrique também foi marcado pela explosão no consumo de eletrodomésticos, com a inflação sob controle. A parcela de lares com geladeira subiu de 74,9% em 1995 para 86,7% em 2002. ■

Mais famílias com internet e celular

Lares com acesso à rede já somam 9,8 milhões. Expansão foi a maior desde 2001

Simone Marinho

Cássia Almeida

• Totalmente conectada à internet e ao celular, a família Lima espelha o que a Pnad 2005 mostrou no Brasil. Aumentou a proporção de lares ligados à grande rede: os 12,2% em 2004 subiram para 13,7%. E o celular avançou tanto que, pela primeira vez, superou o fixo. A telefonia agora está na casa de 72,4% contra 66,1% em 2004. Mas 23,6% dos lares só têm o telefone móvel, contra 12,5% que contam apenas com o fixo.

Na casa dos Lima — do pequeno Marcos Paulo, de 6 anos, ao pai, Paulo, de mais de 40 anos — a família não vive mais sem internet nos três computadores da casa de cinco pessoas. Os números do IBGE mostram que o equipamento está mais presente nos domicílios: são 9,8 milhões



DO PAI, Paulo, ao caçula, Marcos, de seis anos, todos os membros da família Lima usam celular e internet

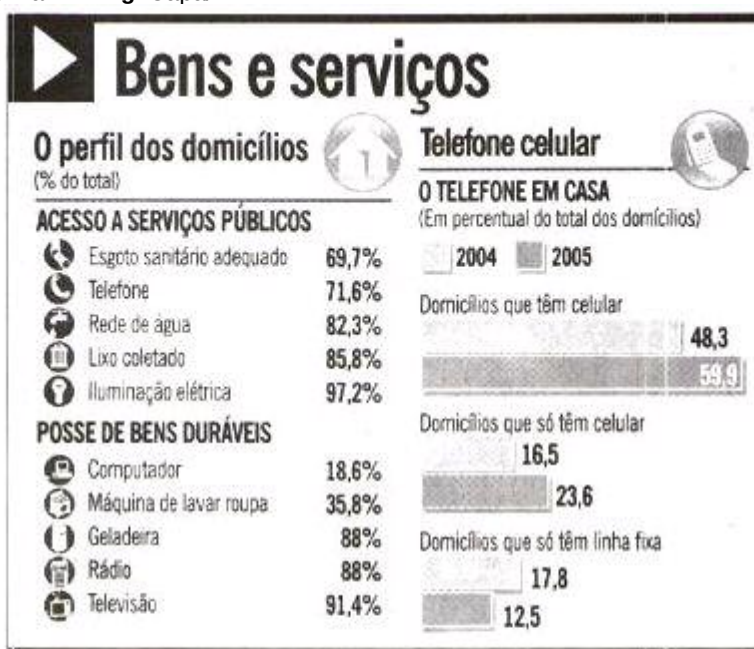
contra 8,4 milhões em 2004.

— Foi um crescimento impressionante: a maior alta desde 2001, consistente com o viés trabalhista. Afinal, as pessoas não usam a internet e celular somente para amenidades. Câmbio baixo, queda da taxa de juros e incentivos fiscais com o computador popular estão por trás dessa alta — explicou o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Enquanto a expansão dos computadores reflete o ganho de renda dos brasileiros, o avanço dos celulares mostra, justamente, a dificuldade de pagar a conta dos telefones fixos.

— Uma assinatura mensal custa de R\$ 30 a R\$ 40 por mês, enquanto um cartão de celular pré-pago pode custar só R\$ 5 — afirma Eduardo Tude, presidente da consultoria Teleco.

No que diz respeito à internet, a parcela de 13,7% de lares conectados sobe para 21% quando se investiga as pessoas que acessam, independentemente



de o serviço estar implantado nos computadores em casa.

No perfil identificado pelo IBGE, o usuário clássico é adolescente, está em famílias de renda alta, é mais escolarizado e mora no Sudeste. Perfil de mais dois filhos de Paulo e Iris Lima. Graziela tem 18 anos e cursa o primeiro ano de Bio-

logia. Usa a internet desde a adolescência, já que o serviço entrou na casa no ano 2000:

— Na faculdade é imprescindível para o contato com os colegas de turma e para fazer os trabalhos. Até as matérias são colocadas na internet. Também tem os sites MSN e Orkut. O nosso técnico é o meu irmão

Felipe, que ajuda a resolver os problemas tecnológicos.

Felipe tem 12 anos e baixa músicas e vídeos da internet e se especializou nos jogos interativos, além de fazer pesquisas para a escola.

Uso do celular aumenta com renda e escolaridade

Mas Iris, a mãe, tenta limitar o uso aos fins de semana. Nos dias úteis, internet só para escola. Os celulares também estão nas mãos de todos na família. Inclusive nas do pequeno Marcos Paulo, de 6 anos.

O IBGE também identificou que 36,7% dos brasileiros têm celular para uso pessoal. Como na internet, a posse do bem aumenta conforme a renda e a escolaridade. Nos que tinham mais de 15 anos de estudo, a parcela sobe para 82,9% enquanto entre os sem instrução baixa para 11,8%. O percentual é semelhante para os que ganham mais de cinco salários mínimos: 82,1%. ■

COLABOROU Luciana Rodrigues

Crise no campo faz crescer o trabalho infantil

Segundo o IBGE, esse aumento de crianças no mercado foi de 10% em 2005, o que não ocorria desde 1992

Cássia Almeida, Luciana Rodrigues e Chico Oliveira

• RIO e PORTO ALEGRE. Uma pesquisa que trouxe boas notícias para os trabalhadores brasileiros também constatou o aumento de 10,3% no trabalho infantil entre 5 a 14 anos, algo que não acontecia desde 1992, empurrando antecipadamente para o trabalho 5,4 milhões de crianças e jovens de 5 a 17 anos (entre 15 e 17 anos, houve queda no número de ocupados). Há 300 mil crianças entre 5 e 9 anos trabalhando. Segundo avaliação do IBGE, a crise na atividade agrícola provocou esse aumento:

— O trabalho para o próprio consumo foi o único que cres-



ceu na atividade agrícola, onde estão 70% das crianças trabalhadoras. Assim, esse fenômeno pode estar por trás dessa alta — explica Marcia Quintslr, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

E a expansão na categoria citada por Marcia, o trabalho para o próprio consumo, foi expressiva: 15%. Para Sergei Soares, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), este é o pior tipo de inserção possível no mercado de trabalho:

— São pessoas que vivem à margem da economia capitalista e não conseguem nem comercializar o que produzem. Plantam para comer. A queda do dólar afetou em cheio a agricultura familiar e essa taxa de câmbio também tem outro nome: juros altos.

Para Força Sindical, governo falha ao combater problema

Os lavradores que não conseguiram se inserir na produção para o mercado acabaram arrastando para o trabalho as crianças da família. O Rio Grande do Sul foi um dos estados mais afetados pela crise no campo, porque a estiagem levou a uma quebra de safra de mais de 70% na soja e no milho. Mesmo assim, o secretário-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (Fetag), Elton Weber, afirma que as crianças não foram afetadas:

— Percorro todo o estado e não tenho notícia, em qualquer município, de que uma criança tenha deixado a escola para se dedicar à atividade agrícola. É normal que os filhos de agricultores ajudem em algumas tarefas na propriedade, mas sempre depois de irem à escola e de fazerem as tarefas escolares. Isso pode envolver meia hora, no máximo uma hora. E filho de agricultor tem mesmo que acompanhar o trabalho, para ir aprendendo.

O IBGE considera essas atividades mencionadas por Weber como trabalho infantil. E os números da Pnad mostram que houve aumento na escolarização entre as crianças.

Na atividade agrícola ou não, as crianças estão no trabalho. Nas cidades, é fácil encontrá-las nos sinais de trânsito. X. tem apenas 14 anos, mas trabalha desde os dez. O menino, que mora no bairro Parque Vila Nova, em Duque de Caxias, estuda durante as manhãs no Ciep Lúrio do Laguna, no mesmo município da Baixada, e por volta das 14h começa o trabalho no sinal de trânsito da Zona Norte do Rio. Ele conta que trabalha para ajudar nas despesas de casa e que só vai embora para casa quando consegue ganhar pelo menos R\$ 20.

— Eu trabalho aqui para ajudar a minha mãe, que precisa muito. Mas com o dinheiro eu também compro as minhas coisas, afinal, a vida não é só trabalho — diz.

Segundo o menino, às sextas-feiras e aos sábados, o volume de trabalho aumenta e ele consegue ganhar aproximadamente R\$ 50 por dia.

— Eu não quero parar de trabalhar, não. Como vou ganhar dinheiro? Mas eu quero mudar de trabalho, não quero ficar aqui na pista pra sempre não. Tem motorista que maltrata muito a gente — reclama.

Para a Força Sindical, o governo falha no combate ao trabalho infantil. O avanço, segundo a central, mostra que não bastam as medidas que foram adotadas até agora. Para os sindicalistas, “é necessário mudar a política econômica, criando mais empregos para os adultos, e ampliar os programas sociais para beneficiar mais famílias de trabalhadores, especialmente os da área rural, além de formular políticas para os jovens trabalhadores”. ■

No Nordeste, os melhores indicadores

Aumento na ocupação ficou em 2º lugar e queda da desigualdade foi a maior do país

Hans von Manteuffel



PRISCILA SÓ conseguia emprego informal e, agora, teve a carteira assinada

Cássia Almeida e Leticia Lins

• RIO e RECIFE. A Região Nordeste permanece exibindo os piores indicadores sociais, de educação e de renda. Mas, em 2005, a Pnad constatou a região em destaque em alguns indicadores. No aumento da ocupação, o Nordeste aparece em segundo lugar. O número de trabalhadores ocupados cresceu 3,4%, bem acima da média nacional de 2,9% e perdendo somente para o Sudeste, onde a ocupação cresceu 3,9%. Num ano em que a desigualdade caiu pouco no Brasil, o Nordeste exibe a maior queda entre as regiões, de 2,2%, enquanto no Brasil foi de 0,5%, quando se compara o Índice de Gini do rendimento domiciliar:

— Isso não é surpresa, pois há uma concentração de programas sociais na região, com razão, aliás. Em 2004, mais de 60% dos beneficiados pelo Bolsa-Família estavam no Nordeste — lembra Claudio Dedecca, economista da Unicamp.

Lauro Ramos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), afirma que o au-

mento nos empregos no Nordeste muda uma tendência:

— A tendência dos últimos 15 anos era do Nordeste perdendo espaço no mapa do emprego.

Priscila de Andrade estuda Fonoaudiologia na Universidade Federal de Pernambuco e, até o ano passado, só conseguia trabalho informal. Ela prestava serviços numa empresa de eventos e atuava como recepcionista em festas. Ganhava R\$ 50 por evento. No ano passado teve a carteira assinada e comemora seu primeiro emprego no maior shopping da capital, com direito a plano-saúde, vale-transporte e ajuda para refeição.

— Estou gostando muito do meu primeiro emprego, tenho aprendido muito e acho até divertido — diz.

As vendas no varejo confirmam o aquecimento no mercado de trabalho. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio, nos últimos 12 meses, as vendas no Nordeste subiram 16%, contra 7% no Sudeste e Centro-Oeste. Segundo o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas, a curva ascendente vem desde fins de 2004. ■



TRABALHADOR DESDE os dez anos, X., hoje com 14 anos, lava vidros de carros: "Eu trabalho aqui para ajudar minha mãe, que precisa muito"

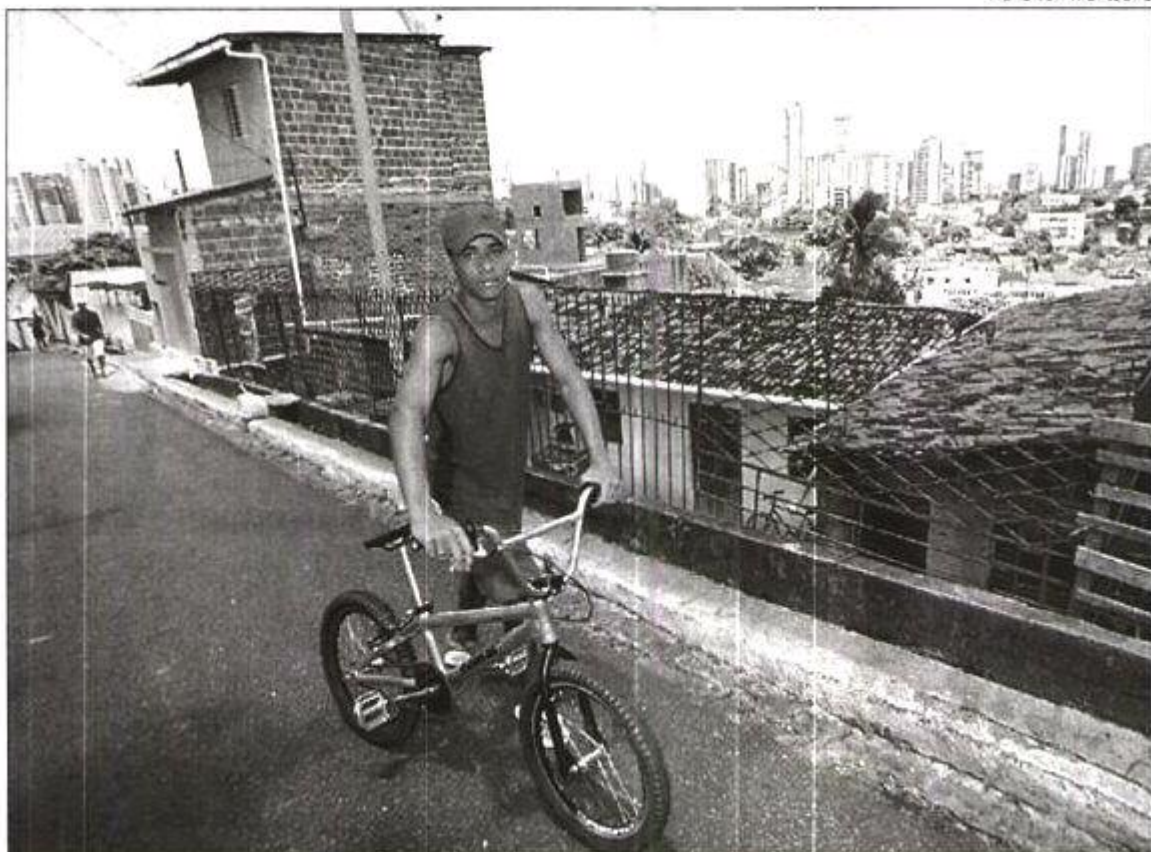
Há mais jovens de 15 a 17 anos fora da escola

Especialistas alertam que quadro pode afetar, no futuro, qualidade da mão-de-obra. Ensino ruim pode explicar êxodo

Luciana Rodrigues, Letícia Lins,
Lino Rodrigues e Cássia Almeida

• RIO, RECIFE e SÃO PAULO. Com o Ensino Fundamental praticamente universalizado, o Brasil ainda esbarra na dificuldade de aumentar a escolarização de seus jovens. Pelo segundo ano consecutivo, a parcela de adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola subiu e, em 2005, chegou a 18%. Se por um lado esses jovens foram atraídos por um mercado de trabalho mais dinâmico; por outro, sua saída precoce dos bancos escolares prejudica a qualidade da mão-de-obra. E poderá levar, no futuro, a uma queda mais lenta da desigualdade de renda no país.

— O maior número de jovens fora da escola foi a pior notícia da Pnad em 2004 e, agora, se repete. Por razões fiscalistas, o Fundeb (fundo para financiar o Ensino Básico) demorou quatro anos para ser aprovado. Espero que agora, quando o Fundeb entrar



FABIO DOS SANTOS LOPES: 17 anos, de Recife: "Saí da escola, mas me arrependo. Vai ser difícil arranjar emprego"

em vigor, esse quadro se corrija — afirmou Sergei Soares, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Para Naércio Menezes Filho, economista da USP, se confirmada que a saída dos jovens da escola é um fenômeno estrutural — e não apenas um movimento cíclico dos últimos dois anos — acende-se um sinal de alerta para o futuro:

— O maior nível de educação no mercado de trabalho teve um papel importante na redução consistente da desigualdade que começou a ocorrer desde 2001.

Menezes Filho defende uma ampliação do Bolsa Família

que, hoje, só atende a crianças até os 14 anos, como forma de reter os jovens na escola. Segundo ele, muitos adolescentes param de estudar porque avaliam que a qualidade do ensino é ruim e não vai compensar, em termos de renda no futuro, o desgaste de uma jornada dupla.

O paulistano Danilo, que pede para não divulgar o nome todo, não suportou o peso de estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Optou por deixar a escola e, em julho, largou a oitava série noturna de uma escola pública na periferia da Zona Sul de São Paulo.

Vendedor informal de per-

fumes na Ladeira Porto Geral, no Centro da capital paulista, ele ganha entre R\$ 100 e R\$ 150 por mês. Parte do dinheiro ajuda nas despesas da família, o que sobra é gasto em roupas e refeições fora de casa. Danilo conta que abandonou a escola por causa da dupla jornada.

— Era muito pesado trabalhar de dia e estudar à noite — conta Danilo, de 17 anos.

Em Recife, Fábio Santos Lopes, 17, o quarto de uma família de quatro irmãos, é o único que não concluiu o Ensino Médio. Órfão de pai e mãe, Fábio conta que sua avó sempre lhe diz que quem não estuda não consegue serviço

que preste. Mas Fábio diz que deixou a escola porque se sentia discriminado quando não entendia as lições.

— Chegou a um limite que eu não entendia mais nada. Fui perdendo a paciência, achava os professores arrogantes e terminei com vergonha dos colegas e deixei a escola. Saí, mas me arrependo, porque sei que vai ser difícil arranjar emprego. Até hoje só arranjei biscoito.

A exceção da faixa etária entre 15 e 17 anos, cresceu a escolarização das crianças. A parcela de 5 ou 6 anos fora da escola caiu de 18,9% para 18,5%. E cresceu em 370 mil o número



de alunos nas universidades.

Para o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Lauro Ramos, a queda na escolarização dos jovens pode ser o efeito colateral do aquecimento no mercado de trabalho:

— Como a escolarização ficou menor exatamente nas regiões Sudeste e Sul, onde se paga mais e há mais oportunidades, os jovens podem ter sido atraídos para o mercado de trabalho.

Mas a mesma pesquisa mostrou que a ocupação nessa faixa caiu:

— Então, a situação fica mais preocupante, pois de-

monstra que esses jovens estão à procura de emprego, ou seja, desempregados. Outra opção é não estar nem estudando ou trabalhando. É preciso investigar melhor essa situação.

Para o sociólogo Adalberto Cardoso, do IUPERJ, mesmo com essa queda recente entre os jovens, a escolarização total vem crescendo sistematicamente há décadas:

— Fruto de políticas públicas consistentes. Houve uma mudança na importância da educação para as famílias. E toda a sociedade ganha, há um efeito civilizatório nesse processo. ■

Quase 10% da população têm mais de 60 anos

No Nordeste, idosos superaram crianças pela primeira vez

• A população brasileira está envelhecendo rapidamente. Em 2005, o número de pessoas com mais de 60 anos já superava em 24,2% o total de crianças com menos de cinco anos. E, pela primeira vez, isso ocorreu também na Região Nordeste, onde os idosos somavam um contingente 1,6% superior ao da primeira infância. No Brasil, os sexagenários já representam quase um décimo da população brasileira: são 9,9% do total. A presença feminina nesse grupo se torna cada vez mais predominante. Elas eram 52,6% dos brasileiros com mais de 60 anos em 1981, e hoje são 56,3%.

O envelhecimento da população também é percebido pela mudança, ao longo dos anos, das faixas etárias mais numerosas. Em 1981, a população até 24 anos somava 58,2% do total, dos quais 13,4% tinham menos de quatro anos. Em 1986, o grupo mais numeroso era o que tinha entre cinco e nove anos (12,5%). Seis anos depois, a faixa etária dos dez a 14 era a maior (11,7%). Hoje, os jovens de 15 a 19 anos representam a maior fatia da população, com 9,6%, e têm em seu encalço os adultos de 20 a 24 anos (9,4%).

Brasileiras têm, em média, 2,1 filhos. No Norte, são 2,5

Essas mudanças são reflexo direto da queda na taxa de fecundidade das brasileiras. Em 2005, o número médio de filhos por mulheres foi de 2,1 — ou seja, próximo à taxa de reposição, que mantém estável o tamanho da população. A Região Norte do país tem a maior taxa de fecundidade: 2,5. No Sul e no Centro-Oeste, as mulheres têm menos filhos: em média dois.

Diminuiu também o tamanho das famílias. Em 2005, 10,8% dos lares tinham apenas um morador. ■

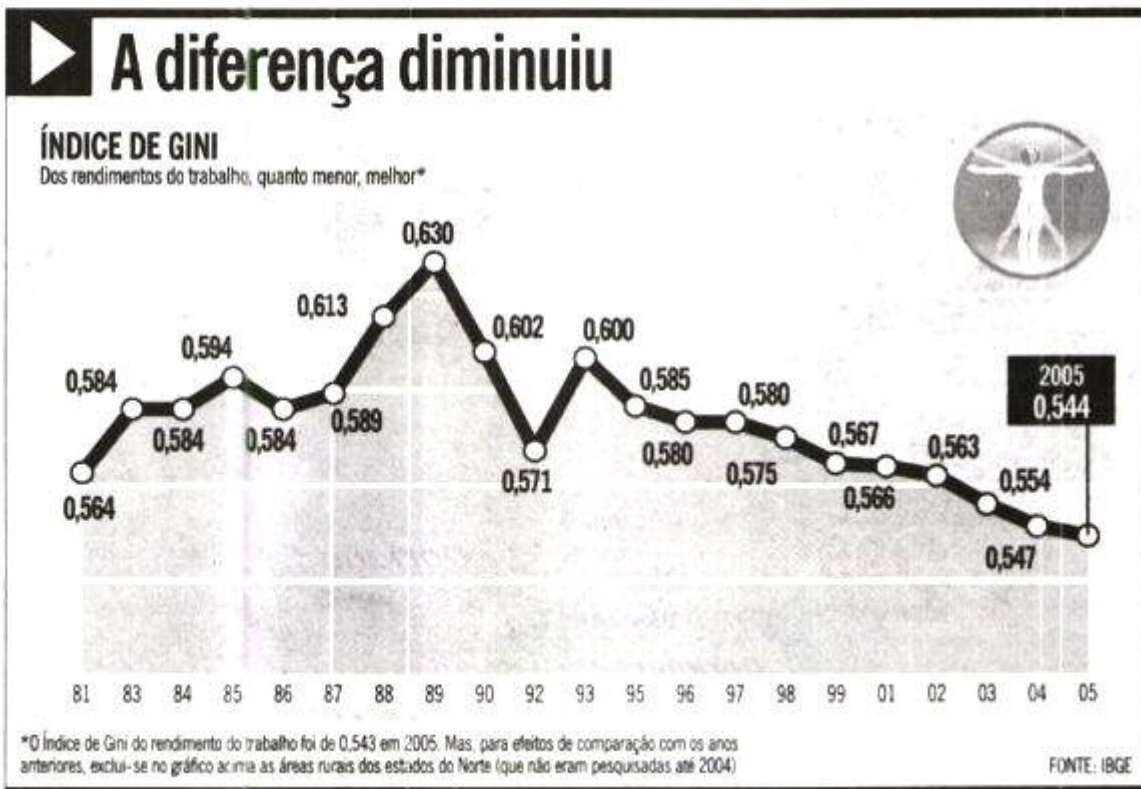
Desigualdade cai, porém num ritmo mais lento

Renda do trabalho sobe para todos e concentração recua ao menor patamar desde 1981

Luciana Rodrigues
e Cássia Almeida

• Depois de cair mais de 1% em 2004, o Índice de Gini do trabalho (indicador que mede a desigualdade de renda) recuou só 0,55% no ano passado. Apesar da queda modesta, os especialistas comemoraram a continuidade na redução da desigualdade (que está no menor índice desde 1981) e, também, o fato de isso ter ocorrido num ano em que todos os brasileiros tiveram ganho de renda. Quando os rendimentos do trabalho começaram a recuar, em 1996, a desigualdade caía às custas de retração nos ganhos dos mais ricos ou de queda menor nos salários dos mais pobres.

— Não podemos ficar mimados e esperar que em todos os anos a desigualdade caia com força. O importante é que



está havendo queda, ou seja, que estamos na direção correta — afirma Naércio Menezes Filho, economista da USP.

Todos ganharam, mas entre os mais pobres, ganho maior

O Índice de Gini dos rendimentos do trabalho caiu de 0,547 para 0,543 em 2005 (quanto mais perto de zero, melhor). Se excluídas as áreas rurais da Região Norte, o que é importante para efeitos de comparação com anos anteriores, já que esses locais só passaram a ser pesquisados em 2004, o Índice de Gini do trabalho ficou em 0,544.

No ano passado, a desigualdade recuou em meio a um ganho disseminado de renda. Dos 10% mais pobres ao 1% mais rico da população, todos viram seus rendimentos avançarem. Porém, entre os mais pobres, o ganho foi maior. Os 50% mais desfavorecidos viram sua renda crescer 6,6%, contra 4,1% da outra metade.

Na renda domiciliar, que inclui as transferências dos programas sociais, aposentadorias e, também, os ganhos financeiros, o Índice de Gini recuou

BALANÇO NACIONAL	
AVANÇOU	DECEPCIONOU
● EDUCAÇÃO: Na primeira Pnad em que é possível acompanhar a evolução dos indicadores do Norte, cujas áreas rurais só passaram a ser pesquisadas em 2004, a taxa de analfabetismo recuou de 11,7% para 10,7% na região. ● TRABALHO: As vagas com carteira aumentaram em 8,7% no Norte, contra 5,3% na média nacional. Houve forte expansão do emprego industrial: 36,7%. ● POSSE DE BENS: Em 2004, menos da metade dos domicílios da Região Norte tinham telefone. No ano passado, já eram 54,1%. A parcela dos lares que têm geladeira subiu de 74,8% para 76%.	● EDUCAÇÃO: Assim como ocorreu no restante do país, também na Região Norte aumentou o número de jovens de 15 a 17 anos fora da escola: de 21,4% para 22,1%. ● TRABALHO: Enquanto na média nacional aumentou o nível de ocupação (ou seja, a parcela de brasileiros em idade ativa que estava trabalhando), no Norte houve ligeira queda, de 57,8% para 57,7%. ● RENDIMENTO: Na Região Norte, houve ganho de só 1,7% nos rendimentos do trabalho, enquanto na média nacional o avanço foi de 4,6%.

0,56%, caindo para 0,532.

Para o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a queda menor da desigualdade reflete uma escolha de gasto social:

— Em 2005, houve um ganho maior do salário mínimo e uma expansão menor do Bolsa-Fa-

mília, por isso a queda menor na concentração de renda.

O economista fez as contas de quanto aumentou o bem-estar da população, cruzando indicadores de desigualdade com ganho de renda. Nessas contas, o bem-estar subiu 7,6%, a maior alta desde 2001. Foi um desempenho melhor

do que em 2004 (alta de 5,9%), por ter havido ganho maior de renda no ano passado:

— O PIB brasileiro cresceu como o do Haiti, mas a renda aumenta a ritmo indiano. O aumento do salário surpreendeu, já que o PIB *per capita* subiu apenas 1%.

Para este ano, o economista acredita que a melhoria na desigualdade e no mercado de trabalho prossiga:

— Mas vai ficar difícil dizer como ficarão os rendimentos, diante da alta expressiva e tão distante do crescimento do PIB como vimos em 2005.

Alguns motivos que provocaram a queda da desigualdade persistem este ano. Neri lista a geração de emprego formal, o aumento do Bolsa-Família e do salário mínimo.

— Mas o impacto do Bolsa-Família, por ser mais focalizado, reduz mais a desigualdade.

Para Claudio Dedecca, da Unicamp, o mínimo continuará contribuindo para a queda da concentração, inclusive no mercado de trabalho:

— No Nordeste, por exemplo, os rendimentos são muito atrelados ao mínimo. ■

BNDES: mínimo reduz desigualdade

• O aumento salário mínimo reduz a desigualdade de renda não apenas no mercado de trabalho, mas também para a população em geral, segundo o economista Antonio Prado, do BNDES. No dia em que o IBGE divulgou a Pnad 2005, que mostrou, pela primeira vez desde 1996, um ganho de renda do trabalhador, o boletim "Visão do Desenvolvimento" do BNDES entrou no debate sobre a importância do piso salarial para a desigualdade.

A avaliação de Prado contesta um estudo publicado no fim de agosto pelo economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS-FGV). No levantamento, Neri alegava que os reajustes do salário mínimo poderiam já estar esgotando sua capacidade de diminuir a concentração de renda.

Já o estudo de Prado, publicado esta semana, destaca que, desde 1994 o salário mínimo subiu mais do que a cesta básica e que, a partir de 2003, quando o valor da cesta se estabilizou, o salário continuou crescendo.

"Isso faz com que o salário mínimo esteja atualmente cerca de duas vezes maior que o valor da cesta. Exatamente, 75% acima. Essa é uma novidade histórica, pois nunca houve um período tão longo de crescimento nominal do mínimo com estabilidade", pondera o economista.

Oposição pede crescimento. Governo comemora

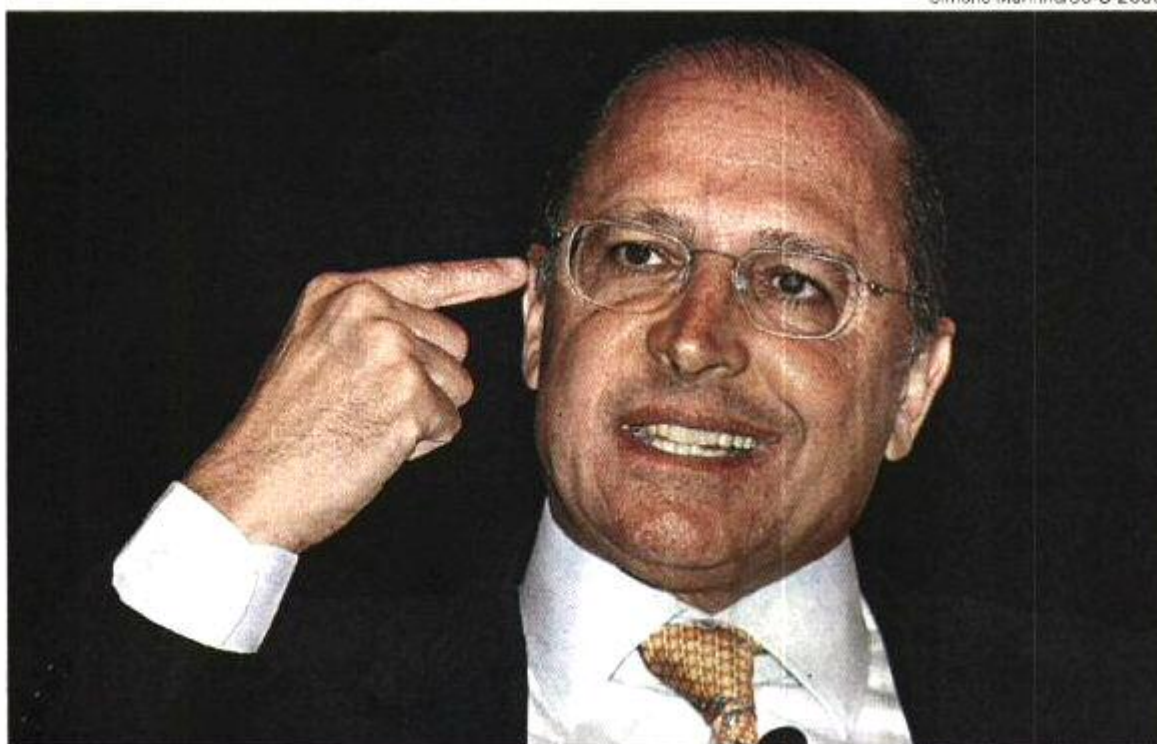
Candidatos de PSDB e PDT reclamam do baixo nível de expansão da economia brasileira e do trabalho infantil

Simone Marinho/30-8-2006

Cristiane Jungblut, Flávio Freire*,
Isabel Braga e
Adriana Vasconcelos

• BRASÍLIA e CURITIBA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comemorou indiretamente os resultados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), ao afirmar que o Brasil tem hoje o menor nível de desigualdade social dos últimos 25 anos. Segundo Lula, a desigualdade está sendo reduzida principalmente devido ao programa Bolsa Família, que atinge hoje 11,1 milhões de pessoas. Mas o Palácio do Planalto não divulgou nota sobre a pesquisa.

— Se hoje vivemos no Brasil menos desigual dos últimos 25 anos, isso se deve muito às políticas que tiveram na se-



gurança alimentar sua constituição fundamental. O Bolsa Família já é responsável por um terço da queda da desigualdade brasileira. A desnutrição infantil caiu 62% entre as crianças de 6 a 11 meses beneficiadas por esse programa. Em todo o país, 94% dos meninos e meninas já comem três vezes ao dia — disse Lula, na cerimônia de sanção da lei que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Ele disse ainda que todos esses benefícios são feitos com base em cadastro "transparente e confiável".

Alckmin lembra das demissões anunciadas

O candidato do PSDB à Presidência, Geraldo Alckmin, por sua vez, minimizou os efeitos positivos registrados na renda do trabalhador, segundo a Pnad, que indica elevação de 4,6% no ganho médio, de R\$ 770 em 2004 para R\$ 805 no ano passado. O resultado não empolgou o tucano.

— O Brasil está crescendo muito pouco. Tivemos no ano passado crescimento de 2,3% do PIB (Produto Interno Bruto). A continuar nessa média, vai levar cem anos para dobrar a renda *per capita* — disse ele antes de uma carreta na periferia de Curitiba.

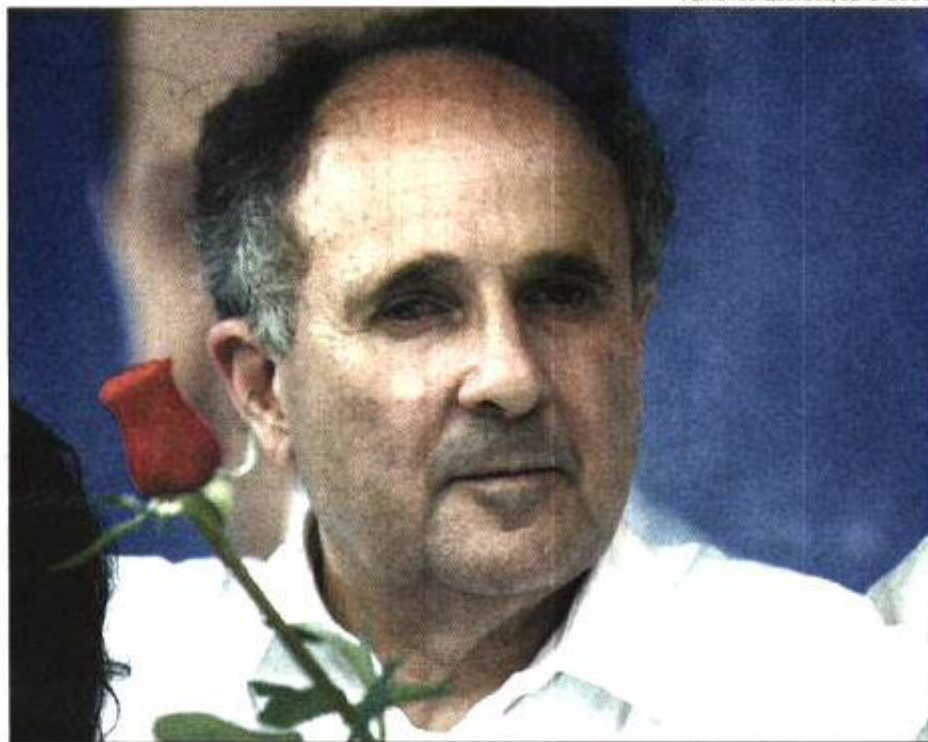
Em meio às críticas ao governo, Alckmin ainda destacou as demissões em massa em diversos setores:

ALCKMIN E

CRISTOVAM não

perdoaram o baixo crescimento do país em relação a outros emergentes.

Aumento do trabalho infantil também deu munção às críticas dos candidatos



— Não é possível o Brasil ser o último da fila. A Volkswagen está demitindo 3.600 funcionários, e há cortes na agricultura, na agroindústria, nos setores têxtil, calçado, móveis. Precisa melhorar.

Já o candidato do PDT, senador Cristovam Buarque (DF), afirmou ser "muito grave e inadmissível" o aumento no número de crianças trabalhando no país, mostrado pela Pnad. Segundo ele, isso aconteceu porque o governo abandonou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) quando criou o Bolsa Família:

— Essa é a causa do au-

mento e, eticamente, é mais grave que mensalão. É uma vergonha e ao mesmo tempo frustrante, porque a eleição de Lula representou, ao mundo todo, a perspectiva de virarmos essa página.

Cristovam disse que em 2003, quando era ministro da Educação, alertou Lula para o risco do aumento do trabalho infantil. Sobre a melhora em outros índices, como a renda, ele afirmou que os avanços foram muito pequenos em comparação a outros países. Para o pedetista, os resultados da Pnad podem beneficiar Lula na corrida presidencial, mas não representam

mudança para o país:

— Se continuarmos neste ritmo, em 20 anos não teremos saído do lugar e estaremos muito mais atrás do que os outros países.

Para deputado do PSDB, economia é herança de FH

Enquanto a oposição minimizava os dados positivos, os governistas comemoravam a recuperação da renda e o crescimento da oferta de trabalho. Para a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), a expectativa do governo era positiva, tendo em vista que nos últimos dois anos algumas ações

federais foram intensificadas:

— Os números da Pnad mostram, na prática, o motivo de o governo Lula estar chegando ao seu final com quase os mesmos índices de aprovação de seu início. O que é extraordinário, ainda mais depois de tantas turbulências que enfrentamos.

Já o vice da chapa de Alckmin, o senador José Jorge (PFL-PE), disse que os números da Pnad poderiam ser muito melhores se o Brasil estivesse crescendo no mesmo nível que os demais emergentes.

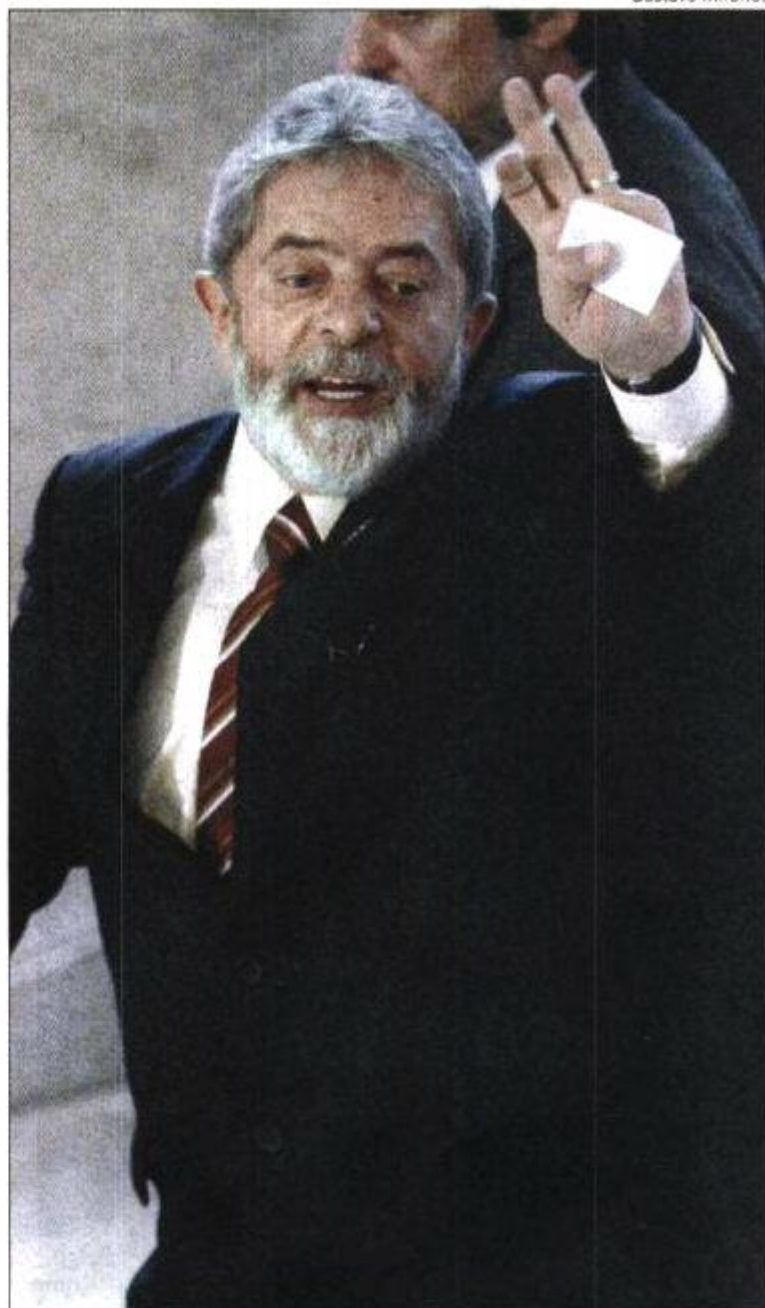
— Esses números apenas comprovam que o Brasil está patinando. Crescer assim não

nos leva a nada. Somos o lanterninha entre os países emergentes — acrescentou o líder da minoria na Câmara, José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Ex-líder do governo Fernando Henrique Cardoso, o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP) ressaltou que os resultados positivos na economia são reflexo de uma política anterior ao governo Lula.

— A situação já vinha melhorando há algum tempo na área econômica. O lamentável é que tenha regredido em tantas outras — disse Madeira. ■

(*) *Enviado especial*



LULA RESSALTOU a importância do Bolsa

Família: "A desnutrição infantil caiu 62% entre as crianças de 6 a 11 meses beneficiadas por esse programa"

IBGE mostrará perfil de usuário de internet

Instituto vai divulgar novas pesquisas no ano que vem

Cássia Almeida

• No ano que vem, o IBGE vai soltar um série de pesquisas novas. A primeira delas sai em março, num suplemento especial da Pnad/2005 sobre o uso da internet e do celular. O estudo, que teve alguns resultados antecipados ontem pelo IBGE, mostra o perfil do usuário:

— Agora, vamos mostrar de onde as pessoas acessam a internet. Além disso, vamos mostrar qual é a finalidade do uso da rede — explicou Marcia Quintslr, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Em 2007, o trabalho infantil, que aumentou em 2005, será mais bem investigado. Os pesquisadores da Pnad deste ano já estão em campo para descobrir como a transferência de renda promovida pelo governo tem impacto na redução do trabalho infantil e a relação da ocupação com a escola.

Segundo o presidente do IBGE, Eduardo Nunes, começam em 2007 o censo agropecuário e a contagem da população:

— Com a contagem, será possível estudar melhor essa população migrante. Cerca de 40% do povo brasileiro residem em municípios diferentes de onde nasceram. ■

Eficácia de programas será avaliada

Mudança no Bolsa Família incluirá 2,7 milhões de crianças, diz secretário

Patrícia Duarte e Martha Beck

• **BRASÍLIA.** O secretário de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social, Rômulo Paes, reafirmou ontem a idéia de que os programas sociais do governo não estão dando resultados no combate ao trabalho infantil, cujo crescimento em 2005 foi apontado Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. Paes cita a integração do Bolsa Família com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Por ele, a família recebe entre R\$ 25 e R\$ 40 mensais por criança retirada do trabalho e colocada na escola. A idéia é universalizar o benefício, chegando a 2,7 milhões de crianças que trabalham. Hoje, o Peti atende a 1,01 milhão de pessoas e o orçamento previsto é de R\$ 325 milhões neste ano.

O governo quer mais dados para avaliar os reais motivos que levaram ao aumento do trabalho infantil. Paes concorda que a crise na agricultura ajudou, mas destacou que na pesquisa não houve um suplemento especial para buscar respostas mais precisas sobre o problema, o que acontecerá na Pnad 2006, que deve começar em breve.

— Enquanto no Brasil houve maior formalização do trabalho, na área rural há crescimento do consumo próprio (atividade agrícola para subsistência). Precisamos entender mais o que

acontece — afirmou o secretário, referindo-se à necessidade de a família convocar seus jovens a trabalhar na lavoura.

A Coordenadora Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho do Adolescente do Ministério Público do Trabalho, Jane dos Santos Vilani, criticou o governo porque o indicador da pesquisa contraria a tendência anterior:

— Lamentamos muito a falta de políticas públicas efetivas e eficazes, principalmente no sentido de manutenção na escola das crianças que foram matriculadas, prevenindo com isso a inserção no trabalho precoce.

Já o Ministério do Trabalho comemorou o resultado da

Pnad, que revelou aumento do emprego formal e da renda em 2005. Segundo a coordenadora do Observatório do Trabalho, Paula Montagner, o maior número de trabalhadores com carteira assinada indica melhora da qualidade do emprego no país. Ela destacou ainda que a formalização é essencial para a redução da desigualdade:

— Embora o crescimento do nível do emprego formal (5,3% em 2005) não tenha sido tão grande quanto em 2004 (6,6%), ele é importante não só por melhorar as condições de trabalho, mas também a distribuição de renda.

Para ela, o fato de 2005 ter resultados abaixo de 2004 no

emprego formal e na ocupação em geral (2,9% no ano passado contra 3,3% no anterior) se explica pelo resultado da economia no período. O Produto Interno Bruto (PIB, o conjunto das riquezas produzidas no país) aumentou 4,9% em 2004 e apenas 2,3% em 2005. Outro elemento que afetou o mercado de trabalho, segundo a coordenadora, foi a crise no setor agrícola.

— Em 2005, houve muitos problemas na área agrícola, como seca no Sul, queda nos preços de commodities, quebra da safra de cana-de-açúcar e focos de febre aftosa. Tudo isso afetou a rentabilidade dos pequenos produtores — disse Montagner.

Dificuldade para combater analfabetismo

O Ministério da Educação argumentou que o analfabetismo tem recuado pouco porque é difícil atingir quem precisa, normalmente moradores de áreas muito pobres e distantes. A idéia do ministério é dar financiamento a ONGs e prefeituras, que têm melhores condições de atingir esse público. Hoje, existem 14 milhões de analfabetos absolutos no país. No caso dos adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola, o ministério informou que usará o Fundeb (fundo de incentivo ao ensino fundamental). A evasão nesta faixa ocorre por problemas econômicos, com os adolescentes deixando a sala de aula para trabalhar. ■

BALANÇO NACIONAL

AVANÇOU

• **MÁQUINA DE LAVAR:** No ano passado, cresceu em 6,4% o número de domicílios com máquinas de lavar roupa, que já estão presente em 35,8% dos lares.

• **FORMALIZAÇÃO:** A reboque do emprego formal, aumentou em 5,1% o número de pessoas sindicalizadas e em 4,9% os contribuintes para a previdência.

• **MENINAS:** As meninas usam mais a internet do que os meninos. A participação masculina só supera a feminina entre os usuários com mais de 25 anos.

DECEPCIONOU

• **MULHERES:** Entre as mulheres que estão trabalhando, 41,5% têm ao menos 11 anos de estudo, parcela bem superior a dos homens (31%). Mas elas ganham bem menos: o equivalente a só 71,2% do salário médio dos homens.

• **SANEAMENTO:** Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, não há saneamento apropriado em praticamente metade dos lares.

• **ÁGUA:** O acesso à rede d'água foi o serviço público com pior desempenho. O número de domicílios atendidos cresceu só 2,6%.

AS REAÇÕES POLÍTICAS

"O Brasil está crescendo muito pouco. Tivemos no ano passado crescimento de 2,3% do PIB (Produto Interno Bruto). A continuar nessa média, vai levar cem anos para dobrar a renda per capita"

GERALDO ALCKMIN • CANDIDATO À PRESIDÊNCIA PELO PSDB

"Se hoje vivemos no Brasil menos desigual dos últimos 25 anos, isso se deve muito às políticas que tiveram na segurança alimentar sua constituição fundamental"

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA • PRESIDENTE E CANDIDATO À REELEIÇÃO

"Essa é a causa (o abandono do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) do aumento (do trabalho entre crianças) e, eticamente, é mais grave que mensalão. É frustrante, porque a eleição de Lula representou a perspectiva de virarmos essa página"

CRISTOVAM BUARQUE • CANDIDATO À PRESIDÊNCIA PELO PDT

"Esses números comprovam que o Brasil está patinando. Somos o lanterninha entre os emergentes"

JOSÉ CARLOS ALELUIA • LÍDER DA MINORIA NA CÂMARA, DO PFL-BA